

## FICHA DE DISCIPLINA

### Mestrado Profissional em Justiça Administrativa – PPGJA Faculdade de Direito

DADOS DA DISCIPLINA	
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA:</b>	ESD10340 Justiça Administrativa no Direito Contemporâneo
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 45 horas	<b>NÚMERO DE CRÉDITOS:</b> 3
<b>TIPO DE COMPONENTE:</b>	( X ) Disciplina Obrigatória ( ) Disciplina Optativa ( ) Seminário
<b>DOCENTE:</b>	Ricardo Perlingeiro
<b>EMENTA:</b>	<p>A partir de uma perspectiva comparada entre os sistemas jurídicos de common law e de civil law e entre os sistemas regionais de direitos humanos, e a partir dos anseios por decisões administrativas transnacionais, o presente curso dispõe sobre os princípios processuais aplicáveis aos pilares da justiça administrativa: as funções administrativas executivas (front-line decisions), as funções administrativas de solução de conflitos (administrative adjudication) e as funções judiciais em matéria de direito administrativo. Tendo como premissa de que uma maior deferência judicial em favor das atuações administrativas é proporcional a um maior comprometimento das autoridades com os direitos fundamentais, o conteúdo da disciplina compreende as prerrogativas (qualificação, independência e imparcialidade) e poderes em que autoridades e juízes devem estar investidos, bem como as normas processuais a que se sujeitam, nos seus papéis de implementation e de adjudication (administrativa e judicial). Nesse contexto, tomada de decisões, tais como as que versam sobre a prevalência da confiança legítima sobre a legalidade estrita, e a responsabilidade da Administração por danos materiais e morais, são concebidas como deveres de ofício das próprias autoridades e não permanecem à mercê da intervenção judicial para serem concretizadas. No que concerne ao campo de atuação de autoridades e juízes, abordam-se temas como a (in)disponibilidade do interesse público na arbitragem, mediação e acordo, a intensidade do controle da discricionariedade administrativa e das políticas públicas, os pressupostos das medidas cautelares e a execução forçada de decisões contra a Administração.</p>

<b>OBJETIVOS:</b>	Busca de novos parâmetros no direito processual judicial e administrativo comparado e no direito internacional dos direitos humanos para aprofundar estudos e aperfeiçoar as instituições judiciárias e administrativas brasileiras, no que se refere aos seus papéis de salvaguarda dos direitos fundamentais por meio dos seus poderes decisórios jurisdicionais, administrativos de solução de conflitos e administrativos executivos.
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Modelos de justiça administrativa nos regimes jurídicos com tradição no common law e civil law</li> <li>2. Fundamentos constitucionais e convencionais da justiça administrativa</li> <li>3. Princípios fundamentais inerentes à Administração Pública</li> <li>4. Finalidade e alcance da jurisdição das causas de direito administrativo</li> <li>5. Organização básica da jurisdição das causas de direito administrativo</li> <li>6. Competência processual das causas de direito administrativo</li> <li>7. Princípios processuais das causas de direito administrativo</li> <li>8. Conciliação, mediação e arbitragem nas causas de direito administrativo</li> <li>9. Medidas judiciais de urgência nas causas de direito administrativo</li> <li>10. Execução de sentenças nas causas de direito administrativo</li> </ol>
<b>METODOLOGIA:</b>	Abordagem comparativa junto aos sistemas jurídicos nacionais de cultura do common law e do civil law, bem como do sistema interamericano de direitos humanos, a partir do direito pátrio e do código modelo euro-americano de jurisdição administrativa e do código modelo ibero-americano de processos administrativos, tendo como pano de fundo estudo de casos de interesse dos órgãos judiciais que no Brasil tratam das causas de direito administrativo.
<b>AValiação:</b>	Pontualidade, assiduidade, participação das aulas e qualidade do trabalho individual escrito, de importância para o aperfeiçoamento das instituições judiciárias e administrativas, o qual deverá compreender um estudo de caso e a revisão de literatura de no mínimo um dos textos indicados no presente projeto de curso. O referido trabalho deverá ser entregue, por e-mail, em até 60 dia
<b>BIBLIOGRAFIA:</b>	<p>ALDER, Michael (Org.). Administrative Justice in Context. Oxford: Hart Publishing, 2010.</p> <p>ASIMOW, Michael. Cinco modelos de adjudicação administrativa (Justiça Administrativa). Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 129-165, jan./abr. 2017.</p> <p>BELL, John; ELLIOTT, Mark; VARUHAS, Jason NE; MURRAY, Philip (Org.). Public law adjudication in common-law systems. Process and substance. Oxford: Hart Publishing, 2016.</p> <p>BREWER-CARIAS, Allan R. Contencioso administrativo. Tomo VII de Instituciones políticas y constitucionales. Caracas: Universidad Católica del Tucurá, 1997.</p> <p>BINENBOJM, Gustavo. Uma teoria do direito administrativo. Direitos fundamentais, democracia e constitucionalização. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.</p> <p>CANE, Peter. Controlling Administrative Power: An Historical Comparison. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.</p> <p>CRAIG Paul. UK, EU and Global Administrative Law: Foundations and Challenges (The Hamlyn Lectures, Paperback). Cambridge: Cambridge University Press, 2016.</p> <p>DOBBS, Dan B.; ROBERTS, Caprice L. Law of remedies: Damages, Equity, Restitution. 3. ed. St. Paul: West Publishing, 2018.</p> <p>ENTERRÍA, Eduardo García de. La lucha contra las inmunidades del poder. Madrid:</p>

Civitas, 1983.

FROMONT, Michel. Droit administratif des États européens. Paris: PUF, 2006.

GARCÍA GARCÍA, Adriana; LÓPEZ AYLLÓN, Sergio. Perspectivas comparadas de la justicia administrativa. México: CIDE, 2017.

GONZÁLEZ-DOMÍNGUEZ, Pablo. The doctrine of conventionality control: between uniformity and legal pluralism in the Inter-American Human Rights System. Cambridge: Intersintia, 2018.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Código Modelo de Processos Administrativos - Judicial e Extrajudicial - para Ibero-América. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. X, Rio de Janeiro, p. 360-383, 2012.

GUINCHARD, Serge et al. Droit processuel: droit commun et droit comparé du procès. 3. ed. Paris: Dalloz, 2005.

MASHAW, Jerry L. Bureaucratic Justice: Managing Social Security Disability Claims. New Haven & London: Yale University Press, 1983.

MASHAW, Jerry L. Due Process in the Administrative State. New Heaven: Yale University Press, 1985.

MASHAW, Jerry L. Reasoned administration and democratic legitimacy. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

PARRILLO, Nicholas (Org.). Administrative law from the inside out. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

PERLINGEIRO, Ricardo. Desafios contemporâneos da justiça administrativa na América Latina. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 167-205, jan./abr. 2017.

PERLINGEIRO, Ricardo; SOMMERMANN, Karl-Peter. Euro-American Model Code of Administrative Jurisdiction: English, French, German, Italian, Portuguese and Spanish Versions. Niterói: Editora da UFF, 2014.

PRESTON, Brian. The Use of Alternative Dispute Resolution in Administrative Disputes. *Alternative Dispute Resolution Journal*, [S.l.], v. 22, n. 144, 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/2f59N3b>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

ROSE-ACKERMAN, Susan; LINDSETH, Peter L.; EMERSON, Blake (Org.). Comparative administrative law. 2. ed. Northampton: Edward Elgar, 2019.

RUDENSTINE, David. The age of deference. Oxford: Oxford University Press, 2016.

SILVA, Almiro do Couto. Conceitos fundamentais do direito no estado constitucional. São Paulo: Malheiros, 2015

STRAUSS, Peter. Administrative Justice in The United States. 3.ed. Durham: Carolina Academic Press, 2016.

ZILLER, Jacques. Administrations comparées: Les systèmes politico-administratifs de l'Europe des Douze. Paris: Montchrestien, 1993.